

**CONTRATO DE PROGRAMA Nº 490/2021**

**"CONTRATO DE PROGRAMA celebrado entre o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA – CIOP e os MUNICÍPIOS de MARTINÓPOLIS, NARANDIBA, PRESIDENTE BERNARDES, PRESIDENTE EPITÁCIO, PRESIDENTE PRUDENTE, RANCHARIA, REGENTE FEIJÓ E TACIBA, para implantar o PROGRAMA: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – CASA ABRIGO PARA MULHERES VÍTIMA DE VIOLÊNCIA, DE ÂMBITO REGIONAL."**

**SEÇÃO I – DAS PARTES**

- I. **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA - CIOP**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob nº 18.960.233/0001-00, com sede na Rua Coronel Albino, 550 – Vila Maristela, CEP 19020-360, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, neste ato representado por seu Diretor Executivo Substituto Sr. **CLAUDIO DENNER MONTEIRO**, brasileiro, casado, portador do RG nº 41.953.335-4 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 335.783.368-90, residente e domiciliado à Rua Antônio Carlos de Oliveira, 357, Maré Mansa, em presidente Prudente – SP, doravante denominado **CIOP**.
- II. 1) **Município de MARTINÓPOLIS**, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ sob o nº 44.855.443/0001-30, com sede na Avenida Coronel João Gomes Martins, nº 525, Centro, CEP 19500-000, através de seu Prefeito Municipal, o Sr. **Marco Antonio Jacomeli de Freitas**, brasileiro, divorciado, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.160.027-6, devidamente inscrito sob o CPF nº 118.854348-20, residente e domiciliado na Travessa 10, nº 60, Conjunto Habitacional João Cordeiro, 2) **Município de NARANDIBA**, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ sob o nº 44.857.027/0001-70, com sede na Avenida Laudelino Ferreira, nº 540, Vila Rica, Narandiba/SP, 19220-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **Itamar dos Santos Silva**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 17832129 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o nº 074.780.778-70, residente e domiciliado na Rua Josefa Almeida

dos Santos, n.º 466, no município de Narandiba/SP; **3) Município de PRESIDENTE BERNARDES**, pessoa jurídica de direito público, cadastrada no CNPJ sob o n.º 55.251.185/0001-07, com sede na Rua Cel. José Soares Marcondes, n.º 330, Presidente Bernardes/SP, 19300-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Reginaldo Luiz Ernesto Cardilo**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n.º 18.050.287-6 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 058.849.018-01, residente e domiciliado na Rua Professor Benedito de Oliveira, n.º 368, Centro, no município de Presidente Bernardes/SP; **4) Município de PRESIDENTE EPITÁCIO**, pessoa jurídica de direito público, cadastrada no CNPJ sob o n.º 55.293.427/0001-17, com sede na Praça Almirante Tamandaré, n.º 16-19, Presidente Epitácio/SP, 19470-000, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Sra. **Cassia Regina Zaffani Furlan**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 16851892 SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n.º 246.438.648-00, residente e domiciliada na Rua Porto Alegre, n.º 1625, no município de Presidente Epitácio/SP; **5) Município de PRESIDENTE PRUDENTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 55.356.653/0001-08, com sede na Av. Coronel José Soares Marcondes, 1.200, CEP 19010-081, no Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, neste ato representado (a) pelo (a) seu Prefeito (a) Municipal, Senhor (a) **Edson Tomazini**, possuidor do RG n.º 19.525.741-8 SSP/SP, e do CPF/MF n.º 017.529.918-85, residente e domiciliado à Rua Maria Zonari Montini, n.º 190, residencial Portinari, CEP 19026.871; **6) Município de RANCHARIA**, pessoa jurídica de direito público, cadastrado no CNPJ sob o n.º 44.935.278/0001-26, com sede a Rua Marcílio Dias, n.º 719, Centro, CEP 19600-000, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. Marcos Slobodficov**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 19.817.229 e inscrito no CPF n.º 093.253.308-65, residente e domiciliado na Rua Henrique Dias, 1948, Jardim Regina, Rancharia/SP; **7) Município de REGENTE FEIJÓ**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 48.813.638/0001-78, com sede à Rua José Gomes, n.º 558, Vila Nova, CEP 19.570-000, através de seu Prefeito Municipal, o Sr. **André Marcelo Zuquerato Dos Santos**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 23.521.637-9 e CPF sob n.º 166.425.448-03, residente e domiciliado no Rua Duque de Caxias, n.º 46, na cidade de Regente Feijó/SP; **8) Município de TACIBA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 55.354.302/0001-50, com sede na Praça Padre Felix, através de seu Prefeito Municipal, o Sr. **Alair Antônio Batista**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG n.º 11514008 - SSP/SP e CPF/MF sob n.º 970.937.508-34, residente e domiciliado na Rua

Deputado Leônidas Camarinha, nº 833, na cidade de Taciba-SP, doravante denominados **MUNICÍPIOS**.

**CONSIDERANDO:**

- I. A necessidade de políticas públicas em favor dos grupos vulneráveis da sociedade brasileira, com vistas a atingir plenamente o princípio da igualdade estatuído no caput do art. 5º da Constituição Federal;
- II. O reconhecimento de que o gênero feminino está exposto à violência física e psicológica, necessitando, nesse sentido, de ações de proteção para a salvaguarda de sua vida, integridade física, moral e psicológica, e que ações em favorecimento das mulheres, longe de violar a isonomia, buscam alcançá-la;
- III. Que tais ações estão previstas no Art. 4º, item 1º da Convenção sobre todas as formas de discriminação contra a mulher;
- IV. Os itens 07<sup>2</sup> e 15<sup>3</sup> do Capítulo 1 do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, bem como o item "D", subitem 4<sup>4</sup>, do mesmo Plano.

**SEÇÃO II – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Clausula Primeira:** O presente contrato é firmado para a **GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, visando à implantação do **Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional**.

<sup>1</sup> A adoção, pelos Estados Partes, de medidas especiais de caráter temporário visando acelerar a vigência de uma igualdade de fato entre homens e mulheres não será considerada discriminação, tal como definido nesta Convenção, mas de nenhuma maneira implicará, como consequência, na manutenção de normas desiguais ou distintas; essas medidas deverão ser postas de lado quando os objetivos de igualdade de oportunidade e tratamento tiverem sido atingidos.

<sup>2</sup> O reconhecimento da violência de gênero, raça e etnia como violência estrutural e histórica que expressa a opressão das mulheres que precisa ser tratada como questão de segurança, justiça e saúde pública.

<sup>3</sup> A criação, o fortalecimento e a ampliação de organismos específicos de defesa dos direitos e de políticas para as mulheres no primeiro escalão de governo, nas esferas federal, estaduais e municipais.

<sup>4</sup> Instituir redes de atendimento às mulheres em situação de violência em todos os estados brasileiros, englobando os seguintes serviços: Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs), Polícia Militar e Unidades Móveis do Corpo de Bombeiros, Centros de Referência, Casas Abrigo, Serviços de Saúde, Instituto Médico Legal, Defensorias Públicas, Defensorias Públicas da Mulher, além de Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, programas sociais de trabalho e renda, de habitação e moradia, de educação e cultura e de justiça, Conselhos e movimentos sociais; (grifamos)

**Parágrafo Único:** A saída de qualquer dos Municípios consorciados do **Programa Casa Abrigo Regional**, importará na repactuação dos repasses previstos no respectivo **CONTRATO DE RATEIO** celebrado exclusivamente para o custeio e investimento no **Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional**.

**Clausula Segunda:** Aplicam-se ao presente contrato as disposições da legislação federal de Licitações, Lei nº 8.666/93, de Consórcio Públicos, Lei nº 11.017/05, bem como as disposições contidas no Estatuto e Protocolo de Intenções do **CIOP**.

**Clausula Terceira:** O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** é celebrado com dispensa de licitação com fundamento no Art. 24, Inciso XXVI<sup>5</sup>, da Lei nº 8.666/93.

### **SEÇÃO III – DO OBJETO E FINALIDADES**

**Clausula Quarta:** Constitui objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**:

- I. Garantir a proteção e segurança à mulher que se encontre em situação de risco de morte, intervindo no ciclo de violência e propiciando a sua reestruturação psicossocial como cidadã.

**Parágrafo Único:** A mulher em situação de risco, seus filhos menores de 18 anos e filhos maiores de 18 (dezoito) anos, comprovadamente dependentes da mulher em razão de deficiência, poderão utilizar o Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional, por um período de até 06 (seis) meses, passíveis de prorrogação se houver necessidade de mais um período de intervenção, comprovado por diagnóstico e parecer técnico.

**Clausula Quinta:** São finalidades específicas do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional:

- a) Promover o atendimento integral e interdisciplinar às mulheres, seus filhos menores de 18 (dezoito) anos e filhos maiores de 18 (dezoito) anos, comprovadamente dependentes da mulher em razão de deficiência, em especial, na área biopsicossocial e jurídica;

<sup>5</sup> Art.24 – É dispensável a licitação:

XXVI – na celebração de contrato de programa com ente da Federação ou com entidade de sua administração indireta, para a prestação de serviços públicos de forma associada nos termos do autorizado em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.

- b) Promover condições objetivas de inserção social da mulher, conjugando as ações do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional, com os serviços de saúde, emprego e renda, moradia, educação, creches, profissionalização, assistência social e aos Grupos de Trabalho do CIOP, entre outros;
- c) Prover suporte informativo e acesso a serviços, instruindo as mulheres para reconhecerem seus direitos, enquanto cidadãs e os meios para efetivá-los;
- d) Proporcionar ambiente harmônico, com realização de atividades socioeducativas, visando o fortalecimento emocional da mulher, de forma a estimular, o exercício da autonomia e a valorização de suas potencialidades.

#### **SEÇÃO IV – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

##### **Clausula Sexta:** Cumpre ao **CIOP**:

- a) Implantar o Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional, por meio da celebração de Termo de Colaboração com entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social e que tenha área de atuação compatível com a do objeto ora pactuado;
- b) Gerenciar o Programa: Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional administrando os recursos e repasses dos valores à instituição responsável pela execução do serviço;
- c) Fiscalizar, aprovar ou rejeitar a prestação de contas técnica e financeira mensal prestada pela entidade prevista no item “a” desta Clausula;
- d) Acompanhar e fiscalizar a utilização dos recursos financeiros, juntamente com a Comissão de Fiscalização e Monitoramento, assim como todas as execuções das ações oferecidas pela instituição responsável, nos moldes do termo de colaboração e plano de trabalho.

##### **Clausula Sétima:** Cumpre aos **MUNICÍPIOS**:

- a) Transferir pontualmente e de acordo com o contrato de rateio os recursos financeiros, de acordo com o quociente de participação aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de Prefeitos de 23/09/2020;
- b) Manter em **sigilo absoluto** o endereço do imóvel utilizado no Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional para fim de segurança das mulheres acolhidas;

- c) Agendar antecipadamente com o **CIOP**, visitas à unidade, por questão de segurança das mulheres abrigadas, atendendo aos protocolos de garantia de sigilo;
- d) Prestar as informações solicitadas pelo **CIOP**;
- e) Prestar assessoria técnica quando necessário;
- f) Prever os respectivos recursos orçamentários, informando a Dotação Orçamentária que suportará as obrigações assumidas;
- g) Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, os **CONTRATANTES**, mediante **notificação escrita**, deverão informá-la ao **CIOP**, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento;
- h) Colaborar, observar e fazer cumprir as previsões contidas no Plano de Trabalho da entidade responsável pelo funcionamento Casa Abrigo, especialmente quanto às condições e formas de acesso para os usuários, desde o acolhimento até o desabrigamento.

#### **SEÇÃO V – DAS CONDIÇÕES DE REPASSE**

**Clausula Oitava:** O valor do Contrato de Programa, correspondente ao custeio do Serviço é de **R\$ 673.992,00 (seiscentos e setenta e três mil, novecentos e noventa e dois reais)** cujo repasse será feito por cada um dos **08 (oito)** municípios contratantes em **12 (doze)** parcelas mensais de **R\$ 7.020,75 (sete mil e vinte reais e setenta e cinco centavos)**, com vencimento até o dia **15 (quinze)** de cada mês, sendo a primeira parcela a partir de **15 de agosto de 2021**.

**Parágrafo Primeiro:** Os valores serão repassados mensalmente, por meio de **TANSFERÊNCIAS BANCÁRIAS** em conta de titularidade do Consórcio Intermunicipal do Oeste Paulista – **CIOP: Banco CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, Agência nº 0337, Conta Corrente 00000094-0**, nos prazos definidos nesta Cláusula.

**Clausula Nona:** O **MUNICÍPIO** repassará mensalmente ao **CIOP** os recursos necessários à manutenção do serviço, conforme estabelecido no Contrato de Programa, sob pena de aplicação de multa de 1% ao mês sobre o valor da contribuição fixada na cláusula quarta, sendo o valor corrigido monitoriamente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA.



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**  
**CNPJ 18.960.233/0001-00**

**SEÇÃO VI – DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Clausula Décima** As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentárias:

00.00.00	FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
00.0000000.0000	Proteção Social Especial de Alta Complexidade
0.0.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio

**SEÇÃO VII – DOS BENS**

**Clausula Décima Primeira:** Para a realização do presente instrumento o **CIOP** poderá adquirir bens e os repassar, por termo de permissão de uso, à entidade contratada nos termos da Clausula Sexta, Item “a”.

§1º. Os bens vinculados à prestação dos serviços não poderão ser alienados ou onerados por qualquer forma, e permanecerão vinculados à prestação dos serviços enquanto vigorar o **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§2º. Na hipótese de extinção **CONTRATO DE PROGRAMA**, sem prejuízo das indenizações cabíveis, na proporção dos investimentos realizados pelas partes, os bens adquiridos e vinculados à prestação de serviço serão revertidos em favor do **CIOP**, que dará a destinação que melhor se amolde aos seus fins institucionais.

§3º. Os bens mencionados no caput desta Clausula deverão estar devidamente registrados e patrimonializados, quando for o caso, pelo **CIOP**, de modo a permitir a sua fácil identificação.

**SEÇÃO VIII – DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA**

**Clausula Décima Segunda:** A fim de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e finalidades previstos neste contrato, serão observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o **CIOP** deverá, especialmente:

- a) Elaborar e encaminhar ao **MUNICÍPIO** a Prestação de Contas anual quanto ao objeto deste contrato, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e

valores, observando o **sigilo necessário para manter a segurança das acolhidas e equipe técnica.**

- b) Disponibilizar ao **MUNICÍPIO** as informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste Contrato.

#### **SEÇÃO IX – DA VIGÊNCIA**

**Clausula Décima Terceira:** O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** entra em vigor em **02/08/2021**, vigorando pelo prazo de 60 (sessenta) meses, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei.

#### **SEÇÃO X – PENALIDADES**

**Clausula Décima Quarta:** O **MUNICÍPIO** inadimplente será notificado formalmente pelo **CIOP** sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

**Clausula Décima Quinta:** Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do Consórcio ao respectivo Consorciado até a regularização da dívida.

**Clausula Décima Sexta:** Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de 06 (seis) meses. O **MUNICÍPIO** poderá ser excluído do programa, mediante deliberação da Assembleia de Geral de Prefeitos.

#### **SEÇÃO XI – DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO**

**Clausula Décima Sétima:** Dentro de 20 (vinte dias) em que seguirem a assinatura deste **CONTRATO DE PROGRAMA** o **CIOP** providenciará a sua publicação mediante extrato no Diário Oficial Eletrônico do Consórcio no endereço <https://www.govbradioenet.com.br/list/presidente-prudente-ciop> bem como, em sua íntegra, no sítio que mantêm no site [www.ciop.gov.br](http://www.ciop.gov.br).

#### **SEÇÃO XII – DA RESCISÃO**

**Clausula Décima Oitava:** O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** poderá ser rescindido por:

- a) Descumprimento de qualquer das obrigações pelas partes;



- b) Superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;
- c) Ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, respeitando as metas em curso constantes no rateio.

### SEÇÃO XIII – DO FORO

**Clausula Décima Nona:** Fica eleito o foro da Comarca de Presidente Prudente para dirimir as questões decorrentes do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**.

### SEÇÃO XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Clausula Vigésima:** E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em **09 (nove) vias** de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo qualificadas.

Presidente Prudente, **02 de agosto de 2021**.



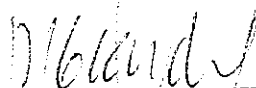
**CLAUDIO DENNER MONTEIRO**  
**DIRETOR EXECUTIVO SUBSTITUTO**



**MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE MARTINÓPOLIS**



**ITAMAR DOS SANTOS SILVA**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE NARANDIBA**



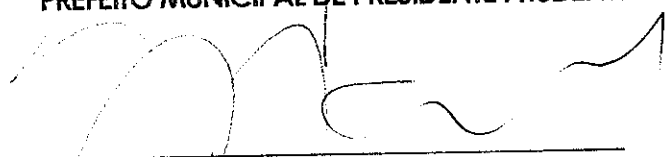
**REGINALDO LUIZ ERNESTO CARDILO**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE BERNARDES**



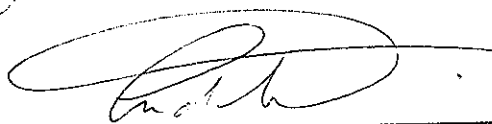
**CASSIA REGINA ZAFFANI FURLAN**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE EPITÁCIO**



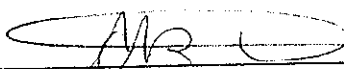
**EDSON TOMAZINI**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE**



**MARCOS SLOBODTIOV**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE RANCHARIA**



**ANDRÉ MARCELO ZUQUERATO DOS SANTOS**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE REGENTE FEIJÓ**



**ALAIR ANTÔNIO BATISTA**  
**PREFEITO MUNICIPAL DE TACIBA**




**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**  
**CNPJ 18.960.233/0001-00**

---

TESTEMUNHAS:

  
Nome: ELTON WITTICA

RG: 29.107.374-8 SSP/SP

  
Nome: MARCEL DOS SANTOS CARDOSO

RG: 42.187.355-3 SSP/SP

**TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

**CONTRATO Nº 490/2021**

**OBJETO:** GESTÃO ASSOCIADA DE SERVIÇOS PÚBLICOS, visando à **implantação do Serviço de Acolhimento Institucional – Casa Abrigo para Mulheres Vítima de Violência, de Âmbito Regional**

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração (ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

**2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;



**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO OESTE PAULISTA**  
**CNPJ 18.960.233/0001-00**

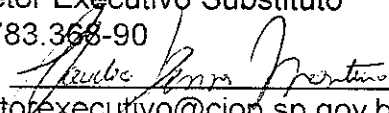
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** Presidente Prudente, **02 de agosto de 2021.**

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO CONTRATADO:**


Nome: **MURILO NÓBREGA CAMPOS**  
Cargo: Presidente do CIOP  
CPF: 289.488.778-79  
e-mail: [consorciointermunicipal@ciop.sp.gov.br](mailto:consorciointermunicipal@ciop.sp.gov.br)

**RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO AJUSTE E ORDENADOR DE DESPESA DO ÓRGÃO CONTRATADO:**

Nome: **CLAUDIO DENNER MONTEIRO**  
Cargo: Diretor Executivo Substituto  
CPF: 335.783.368-90  
Assinatura:   
e-mail: [diretoexecutivo@ciop.sp.gov.br](mailto:diretoexecutivo@ciop.sp.gov.br)

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE PELA PARTE CONTRATANTE:**

**1-Pelo contratante:**

Município: **MARTINÓPOLIS**  
Nome: **MARCO ANTONIO JACOMELI DE FREITA**  
Cargo: **PREFEITO**  
CPF: 118.854348-20  
Assinatura:   
e-mail: [marcosprefeito10@gmail.com](mailto:marcosprefeito10@gmail.com)

**2-Pelo contratante:**

Município: **NARANDIBA**  
Nome: **ITAMAR DOS SANTOS SILVA**  
Cargo: **PREFEITO**  
CPF: **074.780.778-70**  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
e-mail: [itamar.narandiba2@hotmail.com](mailto:itamar.narandiba2@hotmail.com)

**3-Pelo contratante:**

Município: **PRESIDENTE BERNARDES**  
Nome: **REGINALDO LUIZ ERNESTO CARILLO**  
Cargo: **PREFEITO**  
CPF: **058.849.018-01**  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
e-mail: [administracao@presidentebernardes.sp.gov.br](mailto:administracao@presidentebernardes.sp.gov.br)

**4-Pelo contratante:**

Município: **PRESIDENTE EPITÁCIO**  
Nome: **CASSIA REGINA ZAFFANI FURLAN**  
Cargo: **PREFEITA**  
CPF: **246.438.648-00**  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
e-mail: [gabinete@presidenteepitacio.sp.gov.br](mailto:gabinete@presidenteepitacio.sp.gov.br)

**5-Pelo contratante:**

Município: **PRESIDENTE PRUDENTE**  
Nome: **EDSON TOMAZINI**  
Cargo: **Prefeito**  
CPF: **017.529.918-85**  
Assinatura: \_\_\_\_\_  
e-mail: [edthomas@presidenteprudente.sp.gov.br](mailto:edthomas@presidenteprudente.sp.gov.br)

**6-Pelo contratante:**

Município: **RANCHARIA**

Nome: Marcos Slobodticov

Cargo: Prefeito

CPF: 093.253.308-65

Assinatura: \_\_\_\_\_

e-mail: [mslobodticov@tjsp.jus.br](mailto:mslobodticov@tjsp.jus.br)

**7-Pelo contratante:**

Município: **REGENTE FEIJÓ**

Nome: André Marcelo Zuquerato dos Santos

Cargo: Prefeito

CPF: 166.425.448-03

Assinatura: \_\_\_\_\_

e-mail: [atendimento@regentefeijo.sp.gov.br](mailto:atendimento@regentefeijo.sp.gov.br)

**8-Pelo contratante:**

Município: **TACIBA**

Nome: Alair Antonio Batista

Cargo: Prefeito

CPF: 970.937.508-34

Assinatura: \_\_\_\_\_

e-mail: [gabinete@taciba.sp.gov.br](mailto:gabinete@taciba.sp.gov.br)